

Boletim 71 - setembro de 1995

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRATIVO - CONCURSO - ADVOCACIA DA UNIÃO - PRÁTICA FORENSE

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ADVOCACIA DA UNIÃO. EXIGÊNCIA DE PRÁTICA FORENSE.

- A exigência de prática forense para a inscrição em concurso, consubstanciando uma restrição ao livre acesso aos cargos públicos, constitucionalmente assegurado, somente é válida quando prevista em lei.

- Remessa improvida.

Remessa "Ex Officio" nº 48.612-CE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 13 de junho de 1995, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - CONCURSO - AUDITOR DO TESOIRO NACIONAL - SEGUNDA ETAPA

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO. AUDITOR DO TESOIRO NACIONAL. SEGUNDA ETAPA.

- Os candidatos de determinado concurso, cujo curso está suspenso por decisão liminar, não têm direito a se submeterem à segunda fase de um outro concurso, embora para o mesmo cargo.

- É evidente a inexistência, em tal situação, de fumaça do bom direito e do perigo da demora. Enquanto não for proferida decisão a respeito do concurso a que se submeteram os candidatos, no caso os agravantes, eles estão sujeitos ao império da prestação jurisdicional concedida.

- Se não forem citados para a causa, devem se utilizar, no bojo da mesma, dos meios legais permitidos para fazerem valer o direito que alegam possuir.

- Agravo provido para reformar despacho que determinou a obrigação da ESAF receber candidatos aprovados em concurso que se encontra sob apreciação judicial, em uma outra jurisdição, para participarem da segunda etapa de um novo concurso.

Agravo de Instrumento nº 3.957-PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 11 de abril de 1995, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - CONTRATO - SEGURO-SAÚDE - COMPETÊNCIA

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE SEGURO-SAÚDE. GOLDEN CROSS. COMPETÊNCIA DA SUSEP.

- As sociedades seguradoras encontram-se regidas pelas disposições contidas no Decreto-lei nº 73/66.

- As atividades de seguro-saúde desenvolvidas pela Golden Cross se sujeitam ao controle e fiscalização do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da SUSEP, bem como a aplicação das penalidades cabíveis - Dec. nº 77/66, art. 36, "h".

- Apelação e Remessa oficial improvidas.

Apelação Cível nº 67.962-CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 09 de maio de 1995, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO E CIVIL - TERRENO DE MARINHA - USUCAPIÃO - DOMÍNIO ÚTIL

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CIVIL. TERRENO DE MARINHA. USUCAPIÃO DE DOMÍNIO ÚTIL.

POSSIBILIDADE QUANDO SE TRATA DE IMÓVEL JÁ AFORADO PELA UNIÃO FEDERAL.

- É juridicamente possível usucapião do domínio útil de terreno de marinha, desde que o imóvel já tenha sido objeto de aforamento anterior pela União Federal.

- Não há alteração da posição ocupada pela União Federal na presente lide, pois continua possuidora do domínio direto. A nova relação jurídica dar-se-á entre particulares- o até então foreiro e aquele que o pretende ser.

- O domínio útil encontra-se inserido no patrimônio de particulares, no âmbito do direito privado. O patrimônio público não é atingido e, portanto, não se

aplica à espécie a vedação constitucional expressa no art. 183, parágrafo 3º, e no art. 200, do Decreto-Lei nº 9.760/46.

- Possibilidade jurídica do pedido.
- Precedentes do STJ e desta 1ª Turma.
- Apelação provida.

Apelação Cível nº 73.072-PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 30 de maio de 1995, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - IMPORTAÇÃO - BENS USADOS

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. IMPORTAÇÃO DE BENS USADOS. PORTARIA 8/91 - DECEX. LEGALIDADE.

- Cercear-se o reexame de ato judicial praticado, sob o argumento de inexistência de impetração de agravo de instrumento, é retirar do Poder Judiciário o poder-dever que lhe é dado constitucionalmente - art. 5º, XXXV, da CF. Em se tratando, pois, de ato judicial praticado em mandado de segurança, não se exige, para o seu exame em mandado de segurança, a interposição de agravo de instrumento.

- Preliminar rejeitada.

- A regra em matéria de importação de produtos estrangeiros é a de que estão sujeitos ao controle governamental, não afrontando o princípio de isonomia nem o princípio da legalidade o ato administrativo que a proíbe em relação aos bens usados.

- Segurança denegada.

Mandado de Segurança nº 47.833-PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 21 de junho de 1995, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MULTA - QUEBRA - EVAPORAÇÃO DE ÁLCOOL

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. QUEBRA POR EVAPORAÇÃO DE ÁLCOOL. LIMITE LEGAL. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 4º, DO DL 56/66.

- O parágrafo único, do art. 4º, do Decreto-Lei 56/66 condiciona a liberação do pagamento de multa pela quebra, no estoque, por evaporação, de até 5% do álcool produzido na safra, ao registro quinzenal no livro de produção diária da fábrica.

- Inocorrendo referido registro, não há de se falar em dispensa de multa, ainda que a perda de álcool se verifique abaixo do limite legal.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 77.814-PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 22 de junho de 1995, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - JUIZ SUBSTITUTO - TRANSFERÊNCIA

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. TRANSFERÊNCIA DE MAGISTRADO DO TRABALHO DE UMA REGIÃO PARA OUTRA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. LEI 5.010/66.

- Aplica-se, por analogia, a Lei 5.010/66 para os casos de transferência de juízes substitutos do trabalho de uma Região para outra.

- Não padece do vício de ilegalidade o ato praticado com a anuência de ambos os tribunais e sem ônus para quaisquer deles, especialmente quando há falta de magistrados substitutos na Região para a qual se deu a transferência.

- Remessa oficial improvida.

Remessa "Ex Officio" em AC nº 67.822-RN

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 29 de junho de 1995, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CIVIL

CIVIL - SFH - REAJUSTE DE PRESTAÇÕES

EMENTA:

CIVIL. REAJUSTE DE PRESTAÇÕES DE FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA.

- Cláusula contratual abusiva.
- Prevalência do princípio da equivalência salarial, destinado a manter o equilíbrio entre as partes.
- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 60.092-AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 16 de dezembro de 1994, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL - TITULARIDADE DE LINHA TELEFÔNICA - ADJUDICAÇÃO

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. TITULARIDADE DE LINHA TELEFÔNICA. ADJUDICAÇÃO.

- Ilegalidade da decisão proferida em processo de execução ordenando a transferência de propriedade em detrimento de quem não tem qualquer relação com a executada.
- Segurança deferida.

Mandado de Segurança nº 45.974-PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 29 de março de 1995, por maioria)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MILITAR TEMPORÁRIO - PEDIDO DE ESTABILIDADE

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. PEDIDO DECLARATÓRIO DE ESTABILIDADE NAS FILEIRAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

- Inaplicabilidade do disposto no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos servidores públicos militares possuidores de regime diverso dos servidores civis.
- Sentença que julgou, simultaneamente, ação principal e cautelar, dando pela improcedência dos pedidos, ressalvando, contudo, que os efeitos da liminar estão assegurados até o trânsito em julgado da decisão.
- Impossibilidade.

Apelação Cível nº 31.579-CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 13 de dezembro de 1994, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - SERVIDOR - REINTEGRAÇÃO - FUNÇÃO COMISSIONADA

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. CELETISTA. MEMBRO SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL DE SINDICATO.

- O detentor de função comissionada não goza da estabilidade do art. 19, caput, do ADCT, em face da exceção prevista no seu parágrafo 1º.
- A estabilidade sindical do membro suplente do Conselho Fiscal de Sindicato, muito embora reconhecida, não perdura ante a demissão apoiada em força maior. No caso, foi a extinção do Ministério das Comunicações, e dos cargos dele decorrentes.
- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 32.842-AL

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 13 de dezembro de 1994, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - DESPACHO - JUIZ INCOMPETENTE - NULIDADE

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DESPACHO PROFERIDO POR JUIZ INCOMPETENTE. NULIDADE.

- Definida a competência da Justiça Estadual, para processar e julgar a causa, tem-se de declarar a nulidade dos atos decisórios praticados pelo Juiz incompetente.
- Provimento parcial do agravo.

Agravo de Instrumento nº 4.195-PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 23 de maio de 1995, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - AUSÊNCIA - TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MEDIDA CAUTELAR. EXPLORAÇÃO DE TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO.

- Inexiste fumaça do bom direito a proteger pretensão cautelar formada por empresa de transporte interestadual de passageiros que pretende continuar explorando linha, sem que tenha se submetido a procedimento licitatório.
- A função maior do Poder Judiciário é de homenagear a Constituição Federal e legislação ordinária com ela compatível.
- Aplicação dos arts. 21, XII, "e", e 175, da CF, bem como do art. 2º, da Lei nº 8.666/93.
- Remessa oficial provida para cassar a medida cautelar deferida.

Remessa "Ex Officio" nº 79.128-CE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 06 de junho de 1995, por maioria)

CONSTITUCIONAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. LEI 7.787/89, ART. 3º, I. SUSPENSÃO DE PAGAMENTO INDEVIDO E INEXIGIBILIDADE DE VALORES VINCENDOS. RESOLUÇÃO 14/95 DO SENADO FEDERAL. LEI 8.432/92, ART. 1º, PARÁGRAFO 3º.

- Declarada pela Suprema Corte a inconstitucionalidade da Lei nº 7.787/79, art. 3º, I, e suspensão a execução da expressão "avulsos, administradores e autônomos" pela resolução 14/95 do Senado Federal, inexistente qualquer obrigação legal no recolhimento de contribuição previdenciária incidente sobre remuneração de autônomos e administradores.
- Sob pena de conferir-se caráter de satisfatividade a medida cautelar, desatendendo, inclusive, o comando da Lei nº 8.432/92, art. 1º, parágrafo 3º, inadmissível concedê-la, liminarmente, para determinar ou autorizar compensação de valores tidos como pagos indevidamente.
- Agravo parcialmente provido.

Agravo de Instrumento nº 3.902-CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 13 de junho de 1995, por maioria)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - SERVIDORES PÚBLICOS - MILITARES - REMUNERAÇÃO - REVISÃO

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ART. 37, X, CF. SERVIDORES PÚBLICOS. REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO. LEIS 8.237/91 E 8.627/93. ESPECÍFICAS PARA MILITARES. EXTENSÃO AOS CIVIS. SÚMULA 339 DO STF. IMPOSSIBILIDADE.

- Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.
- Não ofende o princípio isonômico, ínsito na regra do art. 37, X, da CF, o aumento de vencimentos concedido especificamente a determinadas carreiras ou cargos.
- Apelação provida.

Apelação Cível nº 75.407-CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 01 de agosto de 1995, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PENAL

PENAL - PREFEITO - INQUÉRITO POLICIAL - ARQUIVAMENTO

EMENTA:

PENAL. INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO CONTRA PREFEITO, EM RAZÃO DE PROVÁVEIS IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.

- Irregularidades apontadas que não ficaram constatadas, diante das provas conclusivas de que houve o emprego correto das verbas destinadas à execução de projetos educacionais.

- Ausência de conduta delituosa que autorize o oferecimento de denúncia.

- Arquivamento do inquérito.

Inquérito nº 100-CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 09 de novembro de 1994, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO - TRABALHADOR RURAL - APOSENTADORIA ESPECIAL

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL RURAL POR IDADE. REQUISITOS. ART. 143, II, DA LEI Nº 8.213/91.

- O direito à aposentadoria previdenciária por idade, para o segurado obrigatório, decorre do exercício da atividade que o faz vinculado à Previdência Social, ainda que incomprovado o recolhimento das contribuições correspondentes.

- Em se tratando de aposentadoria especial prevista no artigo 143, II, da Lei nº 8.213/91, não se exige satisfação do período de carência ou prova do recolhimento das contribuições previdenciárias.

- Apelação provida.

Apelação Cível nº 59.234-PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 09 de maio de 1995, por unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO - REAJUSTE

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. ART. 58, ADCT. APLICAÇÃO A BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS A EDIÇÃO DAS LEIS 8.212 E 8.213, DE 1991. IMPOSSIBILIDADE.

- O reajuste dos proventos não pode, a partir da implantação do Plano de Custeio e Benefício da Previdência Social (Leis 8.212 e 8.213, de 1991), seguir a equivalência salarial implantada pelo art. 58, do ADCT. O reajuste aludido foi previsto em norma constitucional de natureza transitória, que não mais subsiste.

- Não se pode cogitar da preservação dos valores reais dos benefícios senão através da aplicação dos critérios previstos em lei para tanto, através do INPC e do IRSM.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 73.529-CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 30 de maio de 1995, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - IOF - COBRANÇA - DEPÓSITOS JUDICIAIS

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. INDEFERIMENTO DE INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PARA OBSTAR A COBRANÇA DE IOF SOBRE O LEVANTAMENTO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS.

- Ato judicial teratológico que requer proteção imediata do direito ameaçado.

- Segurança deferida.

Mandado de Segurança nº 30.909-PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 17 de agosto de 1994, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - VISTORIA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL.

- A propositura de ação visando impedir a desapropriação para fins de reforma agrária não obsta a realização de vistoria administrativa.

- Segurança denegada.

Mandado de Segurança nº 38.956-PB

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 24 de agosto de 1994, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. MATÉRIA CONTROVERTIDA. IMPOSSIBILIDADE DE SUA DISCUSSÃO VIA AÇÃO MANDAMENTAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA.

- O mandado de segurança não se presta à discussão de matéria que exige dilação probatória, porquanto nele a prova deve ser pré-constituída.
- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 37.956-PB

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 04 de abril de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - ENSINO SUPERIOR - JUBILAMENTO

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. ENSINO SUPERIOR. JUBILAMENTO. AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

- O ato de jubramento do estudante universitário deve ser precedido do devido processo legal no qual seja assegurado o amplo direito de defesa.
- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 38.863-CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 13 de dezembro de 1994, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - SENTENÇA - DUPLICIDADE

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA. DUPLICIDADE.

- Ação duplamente sentenciada. Supremacia do primeiro ato sentencial. Trânsito em julgado.
- O princípio da segurança jurídica impede o rejuízo da causa.
- Sentença posterior nula.
- Apelação interposta de sentença nula.
- Prejudicada sua apreciação.

Apelação Cível nº 51.153-RN

Relator: Juiz Rivaldo Costa

(Julgado em 27 de outubro de 1994, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E AÇÃO ORDINÁRIA - FGTS - ADMINISTRATIVO - DIRETOR PROPRIETÁRIO DE EMPRESA

EMENTA:

AÇÃO ORDINÁRIA. DEPÓSITO EM CONTA DE FGTS DE DIRETOR PROPRIETÁRIO DA EMPRESA. ENQUADRAMENTO LEGAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INCABIMENTO.

- O cargo de diretor proprietário da empresa enquadra-se na previsão legal de "diretores não empregados" - art. 1º, da Lei nº 6.919/81, que faculta à empresa a inclusão destes no sistema do FGTS.
- A empresa que opta pela integração ao sistema em favor de diretor proprietário, não pode reaver os valores depositados a este título, posto que as normas de regência do fundo de garantia não prevêm tal hipótese de saque.
- Apelação provida.

Apelação Cível nº 64.146-AL

Relator: Juiz Rivaldo Costa

(Julgado em 23 de fevereiro de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA EMBARGANTE

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO QUE NÃO TRATA DA MATÉRIA DECIDIDA NA SENTENÇA.

- Sentença que extingue o feito sem julgamento do mérito, face à irregularidade de representação da embargante.

- Apelação que trata de extinção da dívida exequenda, assim como da nulidade da decisão recorrida, vez que referente a feito ajuizado após a propositura da ação anulatória de débito fiscal em apenso.

- Ausência de impugnação do que foi decidido na sentença.

- Não conhecimento do recurso.

Apelação Cível nº 65.143-PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 04 de maio de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - FAZENDA PÚBLICA - TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. APLICAÇÃO DO ART. 730, DO CPC, C/C O ART. 100, DA CF/88. AÇÃO EXECUTIVA FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE.

- Quando se trata de execução contra a Fazenda Pública, o dispositivo aplicável é o art. 730, do CPC, que deve ser utilizado em consonância com o art. 100, da CF/88.

- A execução, no entanto, se processa de forma atípica, ante a impossibilidade de expropriação dos bens do executado, desenvolvendo-se como se processo de conhecimento fosse. Ou seja, os embargos são tidos como contestação, aplicando-se, inclusive, o disposto no art. 188, do CPC. Se não forem opostos, o juiz proferirá sentença e só então requisitará o precatório.

- Em suma, a execução poderá ser ajuizada com base em título extrajudicial. A expedição do precatório é que fica condicionada à sentença.

Apelação Cível nº 68.584-PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 23 de março de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - AUTO DE INFRAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA

EMENTA:

EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO RECONHECIDA PELO EG. STJ EM AÇÃO MANDAMENTAL. RESPEITO À COISA JULGADA MATERIAL.

- O reconhecimento judicial da improcedência do auto de infração que serviu de base à constituição do crédito exigido através da presente via executória, em ação mandamental diversa, impede que questão seja discutida em qualquer processo, por força da autoridade da coisa julgada material.

- Extinção do feito que se impõe, por essa razão.

- Apelação e remessa a que se nega provimento.

Apelação Cível nº 64.388-PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 23 de março de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - PRELIMINARES - NULIDADE DE SENTENÇA E INTEMPESTIVIDADE - REJEIÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR. IPC. OMISSÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA CONTESTAÇÃO. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO. PRELIMINARES DE NULIDADE DE SENTENÇA E INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO DA PARTE RÉ REJEITADAS.

- Apesar de reconhecer que a supressão do reajuste de 84,32% significa uma grave ofensa ao direito adquirido, curvo-me ao entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- Com relação à omissão quanto aos honorários advocatícios na contestação oferecida pela parte ré, entendo ser em razão de tratar-se de jurisdição contenciosa.

- Preliminares rejeitadas.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 63.203-PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 04 de abril de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL OU GASOLINA - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA

EMENTA:

EMBARGOS INFRIGENTES. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL OU GASOLINA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES. DECRETO-LEI N° 2.288/86, ART. 10.

INCONSTITUCIONALIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

- O prazo prescricional deve ser contado a partir da decretação de inconstitucionalidade, datada de 11.10.90, ocasião em que o Pleno do STF apreciou pela primeira vez o Recurso Extraordinário, referente à constitucionalidade ou não do DL n° 2.288/86.

- No caso em tela, a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional, ou seja, em 05 (cinco) de março de 1992.

- Embargos infrigentes improvidos.

Embargos Infrigentes em REO n° 27.863-RN

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 05 de abril de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO - DESERÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESERÇÃO.

- A Lei n° 6.032/74, ao dispor sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal, em seu art. 10, item II, alterou para cinco dias o prazo de preparo tratado no art. 519, do CPC. Esse prazo, todavia, somente começa quando a parte dispõe da guia correspondente, que é emitida pela Secretaria do Juízo.

-Agravado provido.

Agravado de Instrumento n° 3.111-AL

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 04 de abril de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - JUÍZO COMPETENTE - LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO COMPETENTE.

- Nas ações contra a União Federal, havendo litisconsortes ativos facultativos e estes com domicílios em Estados-membros diversos, o juízo competente é o de qualquer um deles.

- Direito dos autores de verem seu pleito apreciado .

- Agravado provido.

Agravado de Instrumento n° 3.624-AL

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 25 de abril de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - COMPETÊNCIA - LBA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO. LBA. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR.

- Agravado de instrumento interposto em face de o MM. Juiz singular, da Justiça Federal, declarar-se incompetente para apreciar demanda envolvendo a LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência, com a remessa dos autos à Justiça Estadual.

- A Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA é uma entidade de Direito Público, instituída pelo Decreto-Lei n° 593/69, sendo vinculada ao Ministério do Bem-Estar Social por força do Decreto n° 801/93, passando à condição de Fundação Pública pela Lei n° 7.596/87, integrando, assim, o quadro da Administração indireta.

- Os servidores da LBA foram incluídos no Regime Jurídico Único através da Lei n° 8.112/90 ( art. 39, da Magna Carta de 1988), em virtude do enquadramento no campo das Fundações Públicas, passando, portanto, a se submeterem ao regime estatutário.

- A jurisprudência pátria já consagrou o entendimento de que as fundações públicas federais (como é o caso da LBA) são equiparadas às empresas públicas,



para os efeitos da art. 109, I, da Constituição Federal/88, conforme decisões: RSTJ 4/1.245; STJ-2ª Seção, CC 78/DF, Rel. Min. Nilson Naves, DJU 04/09/89, 2ª col., em.; STJ-1ª Seção, CC 702/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJU 05/02/90, 1ª col., em.; STJ-2ª Seção, CC 194/RJ, Rel. Min. Athos Carneiro, DJU 11/09/89, 2ª col., em.; RTJ 122/495; RSTJ 4/1.259.

- As decisões acima proferidas têm aplicação quando o direito pleiteado é posterior à promulgação da CF/88 e posterior à instituição do Regime Jurídico Único, posto que, fora desse período, em fase anterior, os servidores da referida Fundação pertenciam ao Regime Jurídico Celetista, sendo, portanto, competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar os litígios dele decorrentes.

- Inexistência nos autos do agravo de comprovação acerca do período (ano) do direito pleiteado, nem, tampouco, do regime jurídico a que estava submetido o agravante à época do seu suposto direito.

- Determinação da baixa dos autos ao Juízo de origem, a fim de que seja juntado ao presente agravo a documentação necessária a esclarecer a época e o regime jurídico do autor quando do direito deduzido à petição inicial da ação originária.

- Em fidelidade ao princípio da economia processual, sugerido ao MM. Juiz da 2ª Vara Federal - SE, que, querendo, reforme sua decisão, caso assim entenda, nos moldes da fundamentação acima exposta, sendo o caso de competência da Justiça Federal, ou, acaso verificada a competência da Justiça do Trabalho, remeta os autos àquela distinta esfera.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 3.904-SE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 11 de abril de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - AÇÕES DECLARATÓRIAS E CONSTITUTIVAS - TRABALHADOR RURAL - PRESCRIÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL EM AÇÕES DECLARATÓRIAS E CONSTITUTIVAS. TRABALHADOR RURAL. CONCEITO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DE TRABALHADOR RURAL ANTES DA LEI Nº 8.212/91. LEI COMPLEMENTAR Nº 11/71 E 16/71.

- As ações puramente declaratórias não produzem, em tese, sanção, pois seus efeitos jurisdicionais não têm resultado de condenação quanto ao conteúdo principal, esgotando-se a função jurisdicional.

- Existindo efeitos patrimoniais concretos, mesmo em ações de cunho declaratório, há que se verificar a possibilidade da ocorrência da prescrição, não se extirpando o objetivo da pretensão que é, apenas, a busca da certeza jurídica.

- Consistindo a pretensão jurisdicional na constituição de um direito, ou seja, objetivando a modificação, criação ou extinção de uma situação jurídica, a ação é declaratória no tocante ao pedido de declarar a inexistência de relação jurídica, e, nitidamente constitutiva quanto a ser declarada a ilegalidade e o direito à restituição de tributos. No caso, há a possibilidade da prescrição.

- Empregado rural, segundo a Lei nº 5.889/73 é aquele que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

- Quando um litigante decai apenas em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.

- Apelações improvidas.

Apelação Cível nº 78.040-AL

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 16 de maio de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - INTIMAÇÃO - REPRESENTANTES JUDICIAIS DA UNIÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRESENTANTES JUDICIAIS DA UNIÃO. INTIMAÇÃO.

- O disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 73, de 11/02/93, não criou para a União o privilégio da intimação pessoal dos seus representantes judiciais, bastando que no expediente publicado conste o nome do profissional que ali esteja oficiando.

- Hipótese em que houve intimação exclusivamente do Ministério Público Federal, na vigência da Lei Complementar nº 73/93, quando cessara a competência do MPF para officiar em nome da União Federal.

- Manutenção da decisão agravada, no sentido de que os autos principais subam a esta Corte para que o Juiz Relator da apelação delibere sobre esta questão.

- Agravo de instrumento improvido.

Agravo de Instrumento nº 3.581-AL

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 30 de maio de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CUSTAS - CONSELHOS PROFISSIONAIS

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. CONSELHOS PROFISSIONAIS. CUSTAS. CPC, ART. 27.

- A sujeição da Fazenda Pública e suas autarquias ao adiantamento das despesas dos atos processuais, conforme entendimento pacífico da jurisprudência, não retira da mesma o benefício presente nos arts. 1.212, parágrafo único, do CPC, e 39, da Lei nº 6.830/80 - (isenção de pagamento de custas ou quaisquer imolumentos).

- Agravo provido.

Agravo de instrumento nº 3.995-CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 13 de junho de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL FGTS - CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CONCESSÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS-CRF. CONCESSÃO. COMPATIBILIDADE DA LEI Nº 8.036/90 COM O DECRETO Nº 99.684/90.

- O pagamento regular das contribuições das empresas para com o FGTS de seus funcionários, não é requisito único de concessão do Certificado de Regularidade do FGTS. Para tal, se exige, igualmente, quitação com empréstimos havidos com os recursos do Fundo, nos exatos termos do Decreto nº 99.649/90, art. 45, e Resolução nº 58/91 do Conselho Curador do FGTS.

- É compatível o Decreto nº 99.684/90 com a Lei nº 8.036/90, tendo em vista que a expedição do referido decreto se deu por autorização expressa da Lei nº 8.036/90, em seu art. 31, não descumprindo, o mesmo, qualquer requisito formal que impedisse sua validade.

- Segurança concedida.

Mandado de Segurança nº 45.665-CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 04 de agosto de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA - DESPACHO QUE NÃO RECEBE APELAÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA. DESPACHO QUE NÃO RECEBE APELAÇÃO.

- Cabe ao Juiz a quo o juízo de admissibilidade da apelação.

- Ausência de pressuposto de admissibilidade (tempestividade).

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 3.598-PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 21 de fevereiro de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - LIMINAR - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA - EXPEDIÇÃO

EMENTA:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA - CND. DÉBITO ALÉM DO ALEGADO.

- Despacho proferido de forma diligente, ressaltando sua aplicação ao débito apontado pela autora.
- Presença do fumus boni juris e do periculum in mora.
- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 3.706-AL

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 07 de março de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO - RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. FUNDO DE DIREITO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA Nº 163, EX-TFR. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO.

- Prescrevem, na relação de trato sucessivo onde é demandada a Fazenda Pública, as parcelas vencidas cinco anos antes à propositura da ação.
- Sendo possível juridicamente o pedido, onde se pleiteia a revisão de proventos, o direito não prescreve no quinquênio da edição da norma legal, sendo renovado a cada mês o direito de ação.
- Sentença que se anula para, afastada a prejudicial de prescrição, analisar o mérito da questão.
- Apelação provida.

Apelação Cível nº 66.725-PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 13 de junho de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - PETIÇÃO INICIAL - INDEFERIMENTO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 267, I, C/C ART. 295, I, E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, II, CPC.

- A petição inicial deve atender às exigências enunciadas pelo art. 282, CPC, bem como à precisão, clareza e simplicidade da linguagem a ser empregada.
- Depreendendo-se, numa análise mais atenta, a essência do pedido, apesar de faltar-lhe clareza, admite-se a possibilidade de tê-lo como claro, a fim de evitar prejuízos para a parte.
- Apelação provida.

Apelação Cível nº 70.589-PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 21 de março de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - QUESTÕES LEVANTADAS NO AGRAVO - NÃO APRECIACÃO

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NÃO APRECIACÃO DE TODAS AS QUESTÕES LEVANTADAS NO AGRAVO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 2. ALEGAÇÃO DE POSICIONAMENTO ISOLADO DESTA CORTE. POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU ESPECIAL.

- As alegações contidas no agravo tiveram sua apreciação quando do julgamento; ademais, a súmula traz em seu bojo um comando sucinto, claro e objetivo, resultado de uma discussão analítica de todos os pontos que envolvem a questão, encontrada nos precedentes que lhe deram origem.
- A interposição de recurso especial ou extraordinário não ficou obstaculizada, em razão do despacho recorrido, uma vez que os mesmos continuam à disposição da agravante, independente do resultado deste agravo: se provido, serão cabíveis contra o acórdão do apelo, acaso desfavorável, e, se improvido, serão direcionados contra o acórdão do agravo.
- A Lei nº 7.450/85, em seu art. 59, parágrafo 1º, dispõe claramente ser limitado a até dez anos o prazo de isenção, mesmo que ampliado por prorrogação. Não se trata de aplicação da Súmula nº 2 desta E. Corte, haja vista que as impetrantes tiveram seu direito à isenção reconhecido após o advento da Lei nº

7.450/85, quando não mais era de até quinze anos o prazo de isenção ampliado por prorrogação.

- Embargos de declaração não conhecidos.

Embargos de Declaração na AMS nº 43.689-PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 13 de junho de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - IMPORTAÇÃO - SACARIA DE JUTA

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPORTAÇÃO DE SACARIA DE JUTA SOB REGIME DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA. INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO ATIVO DOS PRODUTORES NACIONAIS.

- Não se vislumbra o interesse jurídico dos produtores nacionais na lide, mas tão-somente interesse econômico.

- Inexistindo litisconsórcio ativo, não há como se admitir a nulidade da sentença a permitir a importação de sacas de juta para acondicionamento de açúcar.

- Preliminar rejeitada.

- Segurança denegada.

Mandado de Segurança nº 6.688-PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 24 de maio de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - LEGITIMIDADE

EMENTA:

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. LEGITIMIDADE.

- O sindicato não tem legitimidade ad causam para questionar a cobrança do IPMF, porquanto não se trata de interesse somente restrito à classe sindical, mas somente a cada associado, de forma individual e particular.

- Ressalte-se, ainda, que a constitucionalidade ou não do IPMF já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal, de sorte que o presente feito ficou prejudicado.

- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 42.899-CE

Relator: Juiz Barros Dias

(Julgado em 21 de fevereiro de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. IMUNIDADE CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MATÉRIA SUBMETIDA À APRECIÇÃO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA.

- A decisão que anula sentença de Primeiro Grau, a qual julgou extinto processo sem exame do mérito, não pode analisar o mérito da questão, sob pena de suprimir um grau de jurisdição.

- Embargos a que se nega provimento, por não haver omissão a ser sanada.

Embargos de Declaração na AC nº 47.245-PE

Relator: Juiz Barros Dias

(Julgado em 07 de fevereiro de 1995, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSUAL PENAL E PENAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HC - REJEIÇÃO

EMENTA:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS.

- O acórdão foi no sentido de conceder a ordem para trancar ação penal.

- Não há justa causa para prosseguir com o processo.

- Caracterizada a coação dos pacientes.

- Embargos rejeitados. Mantida a decisão que concedeu a ordem.

Embargos de Declaração no HC nº 442-CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 14 de março de 1995, por unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - PRISÃO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CABIMENTO. ORDEM DE PRISÃO A GERAR CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

- Recusa a recebimento de notificação para oferecer contra-razões a recurso não configura desacato a ordem judicial.
- Constrangimento ilegal a ser sanado pela via do habeas corpus.
- Ordem concedida.

Habeas Corpus nº 492-PB

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 04 de maio de 1995, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - CAUTELAR - SUSPENSÃO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

EMENTA:

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO CAUTELAR.

- Suspensão de acordo de parcelamento com a Fazenda Nacional para recolhimento do Programa de Integração Social.
- Inconstitucionalidade da alteração das alíquotas pelos Decretos-Leis 2.445 e 2.449.
- Apelo provido.

Apelação Cível nº 64.524-PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 16 de dezembro de 1994, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - FRAUDE À EXECUÇÃO

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BENS QUE FORAM ALIENADOS PELO DEVEDOR AO EMBARGANTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 185 DO CTN. CONFIGURAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO.

- A alienação de bens pelo devedor, executado por dívida ativa regularmente inscrita, goza da presunção de ter sido fraudulenta.
- Inteligência do art. 185 do CTN.
- Apelação a que se nega provimento.

Apelação Cível nº 67.108-RN

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 23 de fevereiro de 1995, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - CÔNJUGE MEEIRO - LUCRO IMOBILIÁRIO

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. CÔNJUGE MEEIRO. LUCRO IMOBILIÁRIO.

- O ato de partilha de bens não configura, em relação ao cônjuge meeiro, uma nova aquisição para fins de imposto de renda.
- Deve-se, assim, para se apurar o lucro imobiliário, se considerar a data em que os bens foram realmente adquiridos por um dos cônjuges, quando houver comunhão universal de bens, e não a data em que ocorreu a partilha.
- Atividade pesqueira feita de modo contínuo, com fins de lucro, em regime empresarial, não pode ser considerada como artesanal.
- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível nº 77.872-AL

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 02 de maio de 1995, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - CONFISSÃO DE DÍVIDA - DENÚNCIA ESPONTÂNEA

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PARCELAMENTO DE DÉBITOS. TR. EXCLUSÃO. DECISÃO ULTRA PETITA.

- A confissão de dívida, efetuada com o objetivo de obter parcelamento, não se equipara à denúncia espontânea do art. 138, do Código Tributário Nacional.
- A sentença que determina a exclusão da TR, quando o pedido é no sentido de que seja reconhecido o direito ao parcelamento, caracteriza-se como ultra petita.

- Apelação improvida e remessa oficial provida, para denegar a segurança, cassando a liminar.

Apelação em Mandado de Segurança nº 46.827-CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 09 de maio de 1995, por unanimidade)

Boletim 72 - outubro de 1995